



REDE  
TEMPO  
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

## **À sombra da Guerra Fria: a Aliança para o Progresso e as reminiscências do depercimento no Nordeste do Brasil**

Pedro Carvalho Oliveira<sup>I</sup>

**Resumo:** o presente artigo busca analisar a presença dos impactos da Guerra Fria no Brasil de hoje, tendo em vista a compreensão de que os processos correntes naquele contexto deram origem a estruturas políticas e sociais, com as quais as disputas e narrativas do passado mantêm uma relação de continuidade. Para tanto, examinaremos como, por meio da Aliança para o Progresso, os Estados Unidos, frente às disputas com a União Soviética, se aproximou do Brasil e, mais especificamente, da região Nordeste a fim de criar condições para a expansão de ideias liberais, acabando por fortalecer estruturas obsoletas que permanecem bastante sólidas até o nosso presente.

**Palavras-chave:** Guerra Fria; Aliança para o Progresso; Nordeste.

### **In the shadow of the Cold War: the Alliance for Progress and the reminiscences of decay in Northeast Brazil**

**Abstract:** This article analyzes the presence of the impacts of the Cold War in Brazil, bearing in mind the understanding that the processes in that context rose political and social structures, in which the disputes and narratives of the past maintain a relationship of continuity. To this end, we will examine how, through the Alliance for Progress, the United States, in the face of disputes with the Soviet Union, approached Brazil and, more specifically, the Northeast region in order to create conditions for the expansion of liberal ideas, ending up strengthening obsolete structures that remain quite solid until today.

**Keywords:** Cold War; Alliance for Progress; Nordeste.

### **Introdução**

Em seu ensaio “Tempo presente e presença da história”, o historiador francês François Bédarida<sup>II</sup>, ao argumentar em defesa de um exame sobre a densidade histórica do nosso tempo, é categórico ao explicar que estudar o presente é conhecer a presença de um passado que insiste em permanecer vivo. Ao nos voltarmos ao presente, queremos nos ocupar do estado em que se encontram hoje processos humanos que acreditamos terem ficado no passado. O nazismo não deixou de existir com a morte de Adolf Hitler: sua visão de mundo foi adaptada aos novos tempos. Não é possível que um comportamento político exercido e instigado por tanto tempo, com apelo massivo, desapareça tão rapidamente. O mesmo podemos dizer sobre os efeitos dos processos transcorridos durante a Guerra Fria, seu imaginário e os resíduos de seus embates.

A Guerra Fria perdurou por um longo período de aproximadamente 44 anos, durante o qual os dois blocos de poder emergentes da Segunda Guerra Mundial – do lado Ocidental, os Estados Unidos; do lado Oriental, a União Soviética – buscaram, direta ou indiretamente,

## À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

ampliar seu perímetro de influência econômica, política e ideológica. Para os estadunidenses, o contexto do pós-guerra era uma oportunidade para consolidar sua força e o predomínio de um sistema econômico e político internacional afinado aos seus ideais liberais. Era a chance de concretizar o chamado “século americano”, na visão de Washington.<sup>III</sup> Já os soviéticos, desejavam preservar seu domínio em territórios ocupados após derrotar o Eixo sobretudo na Europa Central e no Leste, mantendo, tanto quanto fosse possível, sua presença no tabuleiro internacional. O alinhamento dos revolucionários cubanos ao bloco oriental a partir de 1961 representou uma das maiores conquistas da URSS neste sentido.<sup>IV</sup> Portanto, cada potência desejava cimentar ou construir um novo mundo regido por uma ou outra narrativa ideológica.

Com isso, tanto ocidentais quanto soviéticos utilizaram vastos mecanismos para construir a imagem do outro como um inimigo, alguém a ser destruído para que seus projetos de mundo fossem viabilizados. O cinema, as artes em geral, a cultura e mesmo a tecnologia foram espaços de disputa pela consciência em torno de um ou outro projeto de futuro. Por isso, devido a tais esforços longamente empreendidos para criar a imagem do “outro” como inimigo, as hostilidades entre estadunidenses e soviéticos transpassaram a dissolução da URSS em dezembro de 1991. Os russos, que durante as primeiras décadas dos anos 1990 desejavam se equilibrar num mundo no qual não eram mais parte de uma potência, mantiveram fortes ressentimentos em relação aos EUA e à sua ânsia por estruturar mercados liberais nos fragmentos do antigo império soviético, fixando assim a chamada “Nova Ordem Mundial”.<sup>V</sup>

A permanência de uma tensão gestada na Guerra Fria se apresenta vividamente na dinâmica inicial dos diálogos entre o governo estadunidense a partir de 2017, sob o comando de Donald Trump, e o longo governo de Vladimir Putin. Os dois líderes se viram diante de situações que os colocaram em lados opostos, como a situação da crise na Venezuela em 2019, conjuntura que inevitavelmente nos fez recordar dos tempos da Guerra Fria. A Guerra da Síria também colocou estadunidenses e russos em lados opostos, cada um inclinado a apoiar diferentes forças em disputas. Além disso, os dois países se retiraram de um dos mais importantes tratados de controle de seus arsenais nucleares, assinado para conter os ânimos da corrida armamentista.<sup>VI</sup>

O imaginário da Guerra Fria também se fez presente durante a corrente pandemia do Covid-19, quando a Rússia anunciou, de forma bastante precoce, a sua vacina, batizada de Sputnik-V. O nome da vacina faz clara referência aos satélites enviados ao espaço pelos soviéticos durante a corrida espacial, entre os anos 1950 e 70. Trata-se, evidentemente, de uma forma de evocar um passado considerado pelo atual governo russo como glorioso, quando a Rússia era uma potência internacional, algo que deseja hoje ser novamente. Nos últimos anos, tem ocorrido uma revitalização da figura de Josef Stálin no país, processo que atravessa o sistema educacional, os discursos políticos e até mesmo a imprensa nacional, engajados em reorganizar a imagem do ditador como a de um herói soviético.<sup>VII</sup>

Também vemos reminiscências da Guerra Fria quando observamos os antagonismos entre EUA e China, país que mantém um capitalismo de Estado rígido embora siga uma postura bastante flexível em relação ao capital internacional. Trump e Xi Jinping, secretário geral do Partido Comunista Chinês, travaram verdadeiras quebras de braços ao longo do mandato do presidente estadunidense, cuja posição quanto às estratégias econômicas chinesas era combativa. A China tem despontado como uma grande potência internacional para além da Ásia, comprometendo a posição hegemônica estadunidense. Não obstante a China ser um país pretensamente socialista, as forças em disputa encontram meios não bélicos de enfrentamento, o que nos seduz a lembrar do duradouro “jogo de xadrez” entre EUA e URSS.

À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS  
DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

O passado da Guerra Fria parece vivo também na América Latina. Nos últimos anos, temos visto no Brasil uma forte emergência de discursos laudatórios ao militarismo, sustentáculo da tutela estadunidense sobre o país a partir de 1964 e mecanismo pretensamente engajado no combate à expansão soviética. O discurso anticomunista que hoje perpassa a polarização política nacional de forma difusa também se aproxima dos discursos disseminados nos anos 1960 na imprensa brasileira e entre os diplomatas estadunidenses alocados no Brasil. Naquele contexto, um dos receios era o de que as Ligas Camponesas, concentradas no Nordeste do Brasil, submetidas a uma pobreza estrutural e a uma ausência completa das condições de subsistência, pudessem empreender uma revolução como a recém transcorrida em Cuba.<sup>VIII</sup>

A relação dos EUA com o Nordeste do Brasil acabaria abrindo espaço a uma dinâmica que coloca em xeque a interpretação mais convencional sobre a presença dos EUA na América Latina, naquele momento: a de que Washington exercia um poder plenamente verticalizado e irrestrito sobre os países latino-americanos em sua totalidade. Não podemos negar que as pressões do “Grande Irmão do Norte” eram incisivas, imperativas e frequentemente submetiam as nações latino-americanas aos seus interesses. Porém, é necessário pensarmos sobre os meandros e as contradições disso, como o interesse de forças políticas latino-americanas desejosas de uma relação paternalista com os EUA. Escancara também o fato de que os governos estaduais nordestinos, organizados em torno de premissas conservadoras e aliados a latifundiários, formando assim forças políticas tradicionalistas, usaram recursos estadunidenses, investidos para combater movimentos revolucionários no campo, para preservar seus poderes regionais. Por fim, evidencia também como a pobreza persistente na região é consequência de políticas interessadas muito mais na manutenção do próprio poder latifundiário do que no saneamento da pobreza.

O objetivo deste artigo é analisar como a relação entre EUA e forças políticas tradicionais do Nordeste, estabelecida, dentre outras formas, via Aliança para o Progresso entre os anos de 1961 e 1964, produziram o efeito contrário ao desejado pelo governo estadunidense – o de desfazer estruturas sociais consideradas ultrapassadas e substituí-las por estruturas liberais e modernizadas. Ao mesmo tempo, demonstraremos como isso impôs uma derrota ao projeto “americanista” dos EUA, revelando uma face menos humanitária do projeto. Também discutiremos como a pobreza persistente na região nordestina pode ser explicada, em parte, a partir da dinâmica estabelecida pelas relações entre forças políticas tradicionais nordestinas e os EUA no recorte temporal estabelecido.

Para isso, faremos uso de dois documentos principais. O livro “O Progresso pela Aliança”, escrito por Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil a partir de 1961 e membro ativo da força-tarefa que executou a Aliança para o Progresso. O outro é um longo documento, redigido por governadores nordestinos no ano de 1963 e analisado por diplomatas estadunidenses, no qual lideranças políticas nordestinas demonstram apoio ao Aliança para o Progresso e reivindicam atenção por parte do governo dos EUA para os seus próprios projetos. Olhando para este contexto é possível conhecermos um pouco mais sobre as estruturas políticas que sustentam as relações de poder no nosso país atualmente, tanto no sistema interno quanto internacional. Portanto, podemos verificar um passado que insiste em permanecer vivo.

## À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

### **A Aliança para o Progresso como eixo de aproximação para as relações Brasil-Estados Unidos na Guerra Fria**

Quando Leonard G. Wolf, assistente especial do diretor da Administração para a Cooperação Internacional, em missão no Brasil, descobriu que a maior parte dos diplomatas e agentes políticos estadunidenses lotados em estados brasileiros se encontravam no Rio de Janeiro e em São Paulo, mostrou-se contrariado. Segundo sua avaliação, este era um equívoco, pois um cenário de crescente agravamento das condições propícias à disseminação do comunismo, inspirado nos eventos recém-transcorridos em Cuba, estava se consolidando em outra região: o Nordeste. Assim, os esforços da Aliança para o Progresso, programa pensado pelo governo John F. Kennedy para desenvolver e modernizar a América Latina e distanciá-la da sedução soviética, estavam comprometidos.

Segundo Wolf, somente era possível investir os recursos previstos a partir da carta de Punta del Este<sup>IX</sup> se houvesse um exame profundo das condições existentes nos espaços a serem aplicados. Estando no Sudeste, dificilmente os correspondentes do Departamento de Estado conheceriam com clareza a dinâmica socioeconômica nordestina, na qual a penetração de um espírito liberal aos moldes estadunidenses era entravada por estruturas responsáveis pela manutenção da desigualdade. Afinal, não fazia sentido que os montantes milionários projetados pela Aliança se destinassem a locais com propulsão econômica consideravelmente estáveis. Era fundamental que alcançassem onde movimentos revolucionários pareciam convergir a uma radicalização, algo prejudicial à segurança nacional dos Estados Unidos no decurso da Guerra Fria, uma lição aprendida com o desfecho ocorrido em Cuba.<sup>X</sup>

A Aliança para o Progresso foi uma resposta do governo Kennedy à Revolução Cubana de 1959, que havia se sagrado vitoriosa com forte apoio popular imbuído de discurso nacionalista. A aproximação do novo regime com a URSS foi decisiva para que os EUA compreendessem que a América Latina estava agora à sombra do socialismo. Os países da região possuíam características semelhantes às de Cuba, com forte desigualdade social, pobreza estrutural, excessiva concentração de renda e predominância de regiões agrárias, onde prevaleciam os latifúndios. *Grosso modo*, a Aliança e seus 20 bilhões de dólares desejavam ajudar os países do hemisfério a deixarem essa condição, incentivando a promoção de reformas (inclusive a agrária, um tabu no Brasil até hoje), a industrialização, a entrada de capital estrangeiro e o desmonte de estruturas fundiárias tradicionais, barreiras à disseminação do capitalismo liberal.<sup>XI</sup>

O historiador José Victor de Lara<sup>XII</sup> defende a ideia de que o Nordeste do Brasil, e não Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, era o epicentro de uma crise entre setores antagonistas da sociedade no qual os EUA depositaram atenção justamente porque ali estariam presentes condições reais para o agravamento das lutas entre estes setores, o que poderia resultar no triunfo do movimento camponês, consubstanciado nas Ligas Camponesas. Segundo a análise dos diplomatas estadunidenses, as Ligas eram um braço do movimento revolucionário cubano prestes a iniciar uma luta armada para tomar terras e abrir caminho para o socialismo no Brasil. Fosse isso verdade ou não, o que importava era a mínima possibilidade, em vista do contexto explosivo da Guerra Fria. As eleições governamentais de 1962 poderiam ser cruciais para uma ruptura política no Nordeste: se Miguel Arraes, candidato da esquerda, fosse eleito governador de Pernambuco, os estadunidenses estavam convictos de que seria a fagulha que faltava para a explosão revolucionária radical nordestina. Com tudo isso no horizonte, Lara nos mostra como

À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS  
DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

a narrativa presente nos documentos diplomáticos remetidos do Brasil aos EUA sinalizavam para o Nordeste como foco central dos desenlaces da Guerra Fria no Brasil.

Na região Nordeste, a dinâmica do clientelismo ainda era forte no final dos anos 1950 e início dos 60. A extensão do poder municipal privado em uma região marcada historicamente pela imponência das sociedades de engenho era larga, como argumenta Victor Nunes Leal.<sup>XIII</sup> O regionalismo nordestino iniciado nos anos 1920, reforçado pela delimitação da região Nordeste pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IOCS, mais tarde Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, DNOCS) em 1919, por ser região particularmente castigada pelas secas, chegou a exaltar a organização social em torno dos engenhos como parte da identidade nacional frente a uma perda de hegemonia da região para o Centro-Sul e, também, para exigir ao poder central o seu papel mediador, tutelar e paternalista.

Com a fundação do Nordeste frente a tal contexto, houve a consolidação de um bloco político regional e de uma força política dedicada a reforçar a ideia de que o Nordeste era uma região esquecida pelo governo federal, preterida em relação ao Centro-Sul em processo de industrialização. Neste sentido, uma permanência das condições “estruturais da Região Nordeste é possível pela conservação histórica de sua elite no poder, utilizando como recursos de preservação uma relação de troca e concessões com o poder central”.<sup>XIV</sup> Estas trocas e concessões eram verificadas, basicamente, no desejo de que o poder central financiasse o saneamento da devastação causada pelas secas como se esta fosse mera consequência da natureza, não resultado dos séculos de exaurimento dos recursos da região pela indústria canavieira, da qual boa parte deste bloco político era herdeira.

Reminiscências das relações políticas e sociais clientelistas permaneceram no Nordeste mesmo com a ruína de uma antiga indústria canavieira, defasada pela modernização à qual o regionalismo reagia politicamente. Evidentemente, essa permanência não foi total, havendo mudanças substanciais em sua essência. Ainda assim, o discurso paternalista se tornou chave para os parlamentares nordestinos e para a manutenção do *status quo* das elites regionais, desinteressadas no repasse de verbas e na participação política popular. Desta forma:

(...) muitas vezes, ele [o parlamentar] é a própria elite local, que se insere na estrutura institucional do Estado. Nessa inserção, ele passa a conhecer também as “regras” das elites do poder central, o que lhe permite identificar os agentes mais sensíveis para a obtenção de alocações favoráveis aos interesses da sua clientela política.<sup>XV</sup>

Devemos perceber que no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, para ficarmos com alguns exemplos, entre 1945 e 1987 predominaram entre os deputados federais profissionais liberais e principalmente empresários, sendo menos expressivos os trabalhadores e militares. Entre os empresários, se encontravam majoritariamente os profissionais das atividades rurais.<sup>XVI</sup> Assim, como não entendermos que os ranços clientelistas, bem como as noções regionalistas de preterimento da região não foram elevadas à arena da política institucional? Como não pensarmos que ela foi importante para a fundamentação de um bloco político regional particular no Nordeste, de longa duração? Este bloco foi movido por um forte desejo de autonomia, embora mantivesse o interesse em uma relação paternalista por parte do poder central.

Jânio Quadros, em 1961, reconhecia esta independência e a necessidade de restringi-la. Em 11 de março daquele ano, o então presidente da república baixou o decreto presidencial 50.333, por meio do qual determinava a criação de subgabinetes federais civis e militares nas



## À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

capitais de todos os estados do país. Os subgabinetes presidenciais, integrados e diretamente subordinados aos gabinetes civil e militar do presidente, seriam chefiados por pessoas nomeadas pelos chefes de cada um destes gabinetes. Estas partículas do gabinete presidencial deveriam receber das populações reclamações, petições e documentos endereçados ao governo federal; encurtar a mediação dos estados na resolução de questões referentes à atuação federal, respeitando as autarquias e outros órgãos de administração; enviar relatórios diários ao presidente da república sobre demandas civis e militares dos estados, entre outras coisas.<sup>XVII</sup>

Este fiscalismo reproduz uma dinâmica antiga, como quando havia a necessidade de a corte portuguesa, ainda durante a colonização, instalar as câmaras municipais nos municípios brasileiros. Era uma reação do rei de Portugal “para afirmar a autoridade pública do Estado contra a autoridade pessoal do *pater familias*, que era ao mesmo tempo senhor de escravos, dono de ‘plantação’ e general do exército privado”<sup>XVIII</sup>, portando dotado de significativo poder interno. Apesar disso, as câmaras municipais, inseridas em um terreno sócio-político específico, não deixavam de sofrer a influência do poder local e acabar por servi-lhe em detrimento à autoridade metropolitana. Isto se mantém, salvas as devidas proporções e diferenças, com os decretos de Quadros.

Podemos observar nisso fragmentos de uma cultura política brasileira. A cultura política se volta ao comportamento político, não mais ao Estado ou aos grandes personagens, mas sim aos agentes históricos que estão abaixo dessa camada hierárquica, disputando o poder de diversas formas. Dentro desse espectro comportamental, forjam-se culturas políticas que dialogam com uma cultura mais ampla ou rompem com elas. Embora um país ou nação possua uma cultura política dominante, normalmente delimitada historicamente por forças que ocupam o poder, num mesmo território podem coexistir diversas culturas políticas. Algumas mais amplas, espalhadas pela sociedade, outras mais restritas, em famílias, partidos políticos ou movimentos sociais. De todo modo, as culturas se comunicam e nunca estão isoladas.<sup>XIX</sup> O bloco político nordestino, dotado de suas especificidades, possui também uma cultura política própria, como já pudemos notar.

Mobilizado por uma cultura política embasada na defesa do latifúndio, dos privilégios hereditários e do tradicionalismo, o bloco político nordestino organizado desde o final dos anos 1950 desejava articular com os EUA um canal de entrada para os recursos da Aliança para o Progresso. Estes recursos de ajuda externa deveriam prover condições para solidificar a força desse bloco de poder e de seus maiores interessados: fazendeiros saudosos das sociedades de engenho, simpáticos a certa modernização econômica, contanto que seu poder se mantivesse intacto. Era uma forma de criar um vínculo paternalista com os EUA, agora que o governo brasileiro estava sob a liderança de forças menos inclinadas ao conservadorismo. A Aliança para o Progresso estava no centro desta relação.

### “O Progresso pela Aliança”: idealismo estadunidense versus realidade concreta

Blocos tradicionalistas de poder eram alvo da Aliança para o Progresso, uma vez que dependiam de um sistema socioeconômico e político que, embora fizesse concessões ao capitalismo liberal, eram essencialmente arcaicos. Mantinham reminiscências das relações servis persistentes até o final do século XIX que, sabemos, não desapareceram tão facilmente. O latifúndio brasileiro que se constituiu na Zona da Mata nordestina era um eco de sistemas antigos como as capitanias hereditárias, ressaltando todas as devidas proporções. O capitalismo

À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS  
DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

liberal entrava a conta-gotas em regiões como aquela, entravado pelos maneirismos de um passado que insistia em permanecer vivo.<sup>XX</sup>

A Aliança para o Progresso, projeto sem precedentes na história dos EUA, buscava mais do que avanços econômicos: almejava reformar as estruturas sociais, políticas e econômicas dos países latino-americanos para criar embriões republicanos plenamente capitalistas e liberais. Contudo, não levava em consideração a dificuldade deste processo, que exigia mais do que o envio de grandes quantidades de dinheiro e esforço humano para os alvos de seus objetivos. O programa de fato “significou uma nova abordagem, baseada no pressuposto de que o desenvolvimento era não só inevitável como necessário para os interesses econômicos e a segurança nacional dos EUA”<sup>XXI</sup>, mas pouco conhecia a realidade das estruturas sociais dos países que eram seu alvo.

Não podemos crer que a força-tarefa que executou a Aliança era ingênua. É possível sublinharmos alguns descuidos, certa pressa e até mesmo um idealismo excessivo por parte de Washington. Também podemos observar, ao longo dos anos em que o programa esteve em execução, sua face paliativa e pouco zelosa quanto a um reconhecimento mais acurado da situação dos países beneficiados. Planejar o desenvolvimento econômico e social de toda uma região era um desafio que se iniciava antes da execução do programa, a partir de estudos consistentes e da disseminação das possibilidades oferecidas pelo mesmo. Uma espécie de *lobby* tentou conquistar as mentes e os corações latino-americanos. O livro *O Progresso pela Aliança*, de Lincoln Gordon<sup>XXII</sup>, fez parte desse esforço.

Abraham Lincoln Gordon atuou como embaixador dos EUA no Brasil entre 1961 e 1966. Economista formado em Harvard, Gordon foi um dos intelectuais liberais convidados por JFK para compor seu governo e pensar possibilidades de vencer a Guerra Fria, especialmente por meio da difusão do liberalismo capitalista “americanista”.<sup>XXIII</sup> Ajudou a construir a Aliança para o Progresso colaborando tanto para seus aspectos econômicos, quanto ideológicos, entendendo o programa como uma oportunidade de alastrar a hegemonia estadunidense pelo Ocidente, movimento indispensável a uma vitória sobre os soviéticos. Originário de uma família afinada a uma diplomacia “americanista” e bem estruturada financeiramente, Gordon atuou como defensor de princípios caros ao seu berço.

Em 1962, pouco depois do lançamento da Aliança para o Progresso e após passos tímidos do programa no Brasil, que encontrava dificuldades de pensar projetos de desenvolvimento e, principalmente, romper as barreiras impostas por sistemas sociopolíticos superados nos países desenvolvidos, Gordon publica o livro *O Progresso pela Aliança*, direcionado ao público brasileiro. O objetivo é claro: atrair os brasileiros para a ideia de que, com muito esforço e cooperação, o Brasil poderia, em algumas décadas, chegar próximo ao patamar de desenvolvimento dos EUA e, conseqüentemente, correr aceleradamente na contramão do comunismo. Era uma propaganda sobre a Aliança como instrumento democrático de desenvolvimento e modernização.

O livro-manifesto é dividido em oito partes, nas quais o diplomata discorre sobre como o programa precisa atuar no Brasil, quais serão seus benefícios para o povo, o espírito e o objetivo da Aliança, sua filosofia, entre outras coisas. Para Gordon, o desenvolvimento é uma forma de revolução democrática que se contrapõe à revolução comunista, vista como violenta e abrupta. Segundo escreve, a reconstrução das estruturas sociais e a forte presença da livre iniciativa – inclusive das multinacionais estadunidenses – são fundamentais ao desenvolvimento modernizante que o Brasil necessitaria. Gordon deixa de lado argumentações economicistas e parte para as disputas no terreno ideológico, simbólico e cultural.

## À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

Ao menos três dentre os vários pontos abordados no livro são importantes para a nossa discussão. Primeiro, a descrição do esforço econômico que o programa faria para tornar o Brasil uma vitrine aos outros países da América Latina. Gordon é categórico ao dizer que, com a ajuda do Brasil, seria possível “demonstrar que as instituições livres podem atender e atenderão [atenderiam] as necessidades materiais do homem, trabalhando juntas por meio de métodos e líderes de sua própria escolha”.<sup>XXIV</sup> Era, nas palavras dele, um modelo para concretizar a dupla missão da Aliança para o Progresso: o desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

O embaixador entende que, sem o Brasil, o projeto da Aliança seria inviável. Acreditava que caso o Brasil sucumbisse ao comunismo internacional, toda a região estaria comprometida e a segurança nacional dos EUA frontalmente ameaçada. Por isso, argumentou que seu “empenho tem [havia] sido o fortalecimento das diretrizes dos Estados Unidos no hemisfério ocidental e, especialmente, no Brasil”.<sup>XXV</sup> Este empenho era, portanto, paternalista: dedicava-se à consolidação da hegemonia estadunidense na América Latina que, desprovida de estruturas democráticas robustas e convascente de uma miséria generalizada, poderia sofrer ofensivas soviéticas e, eventualmente, sucumbir. Os *policymakers* estadunidenses próximos a JFK acreditavam que o investimento de recursos em regiões pobres faria com que, naturalmente, democracias liberais emergissem. Caso contrário, seria necessário mecanismos mais duros de alinhamento das nações do Terceiro Mundo ao perfil “americanista”.

Outro ponto é de grande importância para nós: a ideia, reforçada no livro, de que a Aliança para o Progresso desejava empreender uma “revolução pacífica”. Era um pensamento afinado às Teorias da Modernização, que desde os anos 1950 articulava a ideia de que a modernização dos países em desenvolvimento abriria espaço a instituições democráticas e, conseqüentemente, à cultura liberal. Se tal dinâmica fosse organizada por uma potência internacional, ela tornaria os países do Terceiro Mundo abertos a absorver a ideia de se tornarem eixos do “americanismo”. Era um processo comparado a uma “revolução bolchevique às avessas” e seu principal expoente, W.W. Rostow, era conhecido como o “anti-marx”.<sup>XXVI</sup> Gordon abraça essa ideia e a dilui em seu livro, simplificando a linguagem acadêmica do referido teórico.

A “revolução pacífica” que a Aliança desejava viria a partir de reformas estruturais viabilizadas por investimentos suntuosos, não por meio de uma ruptura institucional promovida por movimentos populares armados. Gordon afirma que “o fato de ser a revolução democrática geralmente não violenta não a torna menos revolucionária. Nem se trata de processo fácil. Há sempre interesses enraizados que se opõem à transformação social”.<sup>XXVII</sup> Coincidentemente ou não, o embaixador diz que a maior resistência às reformas sociais está no campo, onde persiste um ideário tradicionalista e arcaico, perspectiva semelhante à do pensamento revolucionário comunista ortodoxo, que via os camponeses como sujeitos reacionários.

Isso nos leva ao terceiro ponto: Gordon, assim como a Aliança, entendiam que o sucesso do projeto no Brasil dependia de mudanças drásticas no sistema socioeconômico das zonas rurais brasileiras, especialmente na Zona da Mata nordestina, onde se organizava um bloco de poder tradicionalista saudoso dos tempos dos engenhos. Um bloco reacionário, temeroso quanto a revoluções no campo, mas indisposto a aceitar reformas que maculassem as propriedades privadas, muitas vezes herdadas gerações após gerações. Gordon dizia que a Aliança não pretendia “trocar auxílio por reformas”, pois entendia que “reformas significativas nas nações democráticas só podem [poderiam] vir de dentro”.<sup>XXVIII</sup>



## À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

Apesar de sublinhar isso, Gordon criaria, mais tarde, o que ficou conhecido como “ilhas de sanidade administrativas”. Resumidamente, era assim que ele chamava os estados brasileiros dispostos a receber recursos, da Aliança ou não, à revelia do governo federal brasileiro para combater o comunismo, num momento em que a situação da política doméstica brasileira ganhava contornos dramáticos.<sup>XXIX</sup> Na leitura dos diplomatas estadunidenses durante a Guerra Fria, o combate ao comunismo era um vale-tudo diante do qual nenhum esforço deveria ser poupado. Por isso, Washington contornou a mediação do governo Jango, via Sudene, exigida pela Aliança e passou a negociar diretamente com políticos regionais simpáticos à causa ocidental.

### **O bloco tradicionalista nordestino: paternalismo e fortalecimento de estruturas arcaicas**

Não podemos dizer que Lincoln Gordon tem autoria exclusiva da manobra que criou e regulou a entrada de recursos para as “ilhas de sanidade administrativa”. Além de seus companheiros da Aliança para o Progresso, o bloco político tradicionalista nordestino teve papel fundamental nisso. O bloco, composto principalmente por filiados da União Democrática Nacional (UDN), estava engajado em, primeiro, minar o poder de João Goulart e da Sudene argumentando que ambos eram simpatizantes do comunismo, portanto contrários à defesa e proteção do Nordeste, já visado pela Aliança. Além disso, desejava extrair o máximo de recursos da Aliança sob a justificativa de estarem combatendo células comunistas entre os camponeses, o que não era bem o caso: o bloco queria, antes de tudo, a manutenção de seu poder, do poder latifundiário e da ordem estabelecida na região. Portanto, não estava interessado em promover as mudanças ensaiadas pela Aliança para o Progresso, que naquele momento abandonava suas premissas humanitárias para pressionar a América Latina a um alinhamento que viria a ser forçado, após sucessivos golpes militares.

Dentre inúmeras provas disso, temos o documento intitulado *Declaration of Northeastern Governors*<sup>XXX</sup>, de 1963, escrito e assinado por todos os governadores nordestinos (com exceção de Miguel Arraes), no qual exprimiam a intenção de frear o comunismo contanto que a Aliança para o Progresso se fizesse mais presente no Nordeste. Antes disso, foram sucessivas as investidas do bloco nordestino em solicitar recursos do programa sabendo que os EUA temiam uma revolução partindo das Ligas Camponesas. Cid Sampaio, governador de Pernambuco, teve inúmeros pedidos de ajuda externa registrados por diplomatas estadunidenses, alegando que os investimentos eram vitais para evitar a expansão da esquerda. Teve alguns empréstimos autorizados, em vista da iminência de uma vitória de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco, contra quem os EUA investiram durante a campanha governamental de 1962, patrocinando seu adversário João Cleofas.<sup>XXXI</sup>

O documento referido no parágrafo anterior possui quase seis páginas que sintetizam o pensamento do bloco tradicionalista nordestino em torno dos esforços estadunidenses para conter o comunismo na região. É válido sublinhar que os diplomatas que analisaram este documento circulavam em meios muito particulares da sociedade nordestina, pois como cónsules eram corriqueiramente convidados a festas e jantares oferecidos pelas forças políticas que reclamariam aos pés de seus ouvidos sobre as Ligas Camponesas, a dimensão das lutas do campo e o receio quanto a investidas revolucionárias. Mesmo que não houvesse uma situação de iminente convulsão social, estes políticos reforçavam a ideia de que o Nordeste era uma região em ebulição. Por isso, era mais fácil que os diplomatas acreditassem nesta narrativa, pois quase nenhum deles conhecia a realidade circundante às zonas rurais nordestinas.

## À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

Um dos pontos abordados no documento se refere à implicância dos políticos nordestinos quanto a reformas agrárias pontuais, menos radicais do que a pretendida pelo presidente João Goulart. Lincoln Gordon, que remete ao Departamento de Estado seu parecer sobre a declaração, diz não crer que os chefes locais estavam dispostos a aceitar as reformas, uma vez que elas maculavam a propriedade privada. Ao mesmo tempo, o bloco se dizia nacionalista, mas pragmático, atento ao fato de que a UDN possuía um estigma nacionalista e que, embora defendesse uma organização interna, respeitariam o sistema republicano, contanto que este não interferisse nas diretrizes do bloco.

O mais importante é o que diz o documento sobre o que o bloco pretende com os recursos da Aliança para o Progresso. É clara a intenção do grupo em recebe-los, mas predomina um certo ressentimento quanto ao fato de o dinheiro não chegar conforme acreditavam ser adequado. Insistem na ideia de que o Nordeste se encontra sob ameaça constante e, sem a ajuda externa, as Ligas Camponesas poderiam ser bem sucedidas. Insistiam na ideia de que haviam sido abandonados pelo governo federal, agora ocupado pelo que chamavam de forças políticas antagonistas e que, sem os EUA, a causa estaria perdida. É mister compreendermos que esta declaração, além de outras investidas por parte do bloco político tradicionalista nordestino, pressionaram a Aliança para o Progresso a mudar seu comportamento.

Houve, nesse processo, uma mudança de direção da histórica relação paternalista entre o governo federal brasileiro e o bloco tradicionalista do Nordeste, já mobilizado desde os anos 1920, mesmo com outros personagens. No início do século, e até o surgimento da Aliança, o bloco nordestino requisitava robustos recursos federais para sanar o problema das secas. Tanto Antonio Callado<sup>xxxii</sup> quanto Iná Elias de Castro<sup>xxxiii</sup> afirmam – e nós concordamos – que este bloco político não estava interessado em sanar o problema das secas, visto que ele possibilitava um canal de entrada de recursos. Se a devastação provocada pelas estiagens fosse sanada, o canal se fecharia. Os recursos investidos pelo poder central acabavam sendo usados para preservar as estruturas políticas tradicionais, ao invés de serem aplicados devidamente em formas de combater os danos das secas. Com os EUA interessados em investir e o governo federal ocupado por um adversário do bloco, o novo canal de entrada de recursos tornou-se a Aliança para o Progresso, fio condutor de uma nova relação paternalista.<sup>xxxiv</sup>

Não nos enganemos: essa relação paternalista não era, necessariamente – ou nem sempre -, uma medida vertical e impositiva por parte dos EUA. Em muito ela foi desejada pelo bloco tradicionalista e este fez veemente pressão para que tal vínculo fosse criado. Isso nos coloca diante de um cenário no qual as forças políticas brasileiras atuaram significativamente nos desenlaces da Guerra Fria. Trata-se de uma dinâmica que manteve o Nordeste numa posição comprometedor, na qual resistiam estruturas sociais a serem superadas e relações econômicas antiquadas, além da forte presença de uma cultura ruralista, mandonista e clientelista.

### Considerações finais

Em 2019, o Consórcio Nordeste foi fundado pelos nove estados nordestinos com o objetivo de tornar-se um instrumento jurídico, político e econômico de integração, formando um bloco para defender interesses comuns à região. Consequentemente, o consórcio exerce desde então uma posição relativamente autônoma em relação ao governo federal, sinalizando para a permanência da ideia do Nordeste como bloco político consolidado em torno de uma identidade e necessidades singulares. A diferença é que atualmente o bloco nordestino flerta com ideias políticas mais progressistas, se contrapondo ao homogêneo tradicionalismo do bloco

## À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

nordestinos formado no início dos anos 1960. Não podemos dizer que o Consórcio Nordeste abandona qualquer intenção de proteger os grandes proprietários de terra, mas é mister apontarmos suas diferenças em relação ao que havia antes, embora possamos também constatar a permanência de um modo de operar.

No contexto da pandemia da Covid-19, o Consórcio Nordeste buscou a China para negociar o envio de insumos para tratar pacientes da doença, à revelia do governo federal. O Planalto, que tem se relacionado de forma tensa com os chineses, criticou a decisão dos governadores nordestinos sobretudo por manter contato com um país de regime socialista, ideologia com a qual o governo brasileiro antagoniza. Novamente, temos uma relação tensa entre poder central e poderes regionais, exemplificando a permanência de organizações políticas regionais que singularizam seus espaços a fim de criarem condições de negociação política e disputas por poder. É uma experiência que constitui a cultura política brasileira.

A fiscalização poder central-poderes locais é histórica no Brasil. Como ressaltado por Marcel Bursztyn<sup>xxxv</sup>, há uma tendência à polarização nas análises sobre as disputas de poder entre o centro e as forças políticas regionais, compreendendo que o regional se sobrepõe ao central ou o contrário. Essa disputa é tensionada e faz parte de uma relação de barganha. O poder central necessita do apoio regional e vice-versa. O paternalismo histórico do Estado central em relação aos poderes locais, sobretudo os do Nordeste, se materializou principalmente por meio de medidas de ajuda material e financeira, cujos efeitos não objetivavam impor transformações substanciais nas estruturas locais, seja no nível político ou social.

O Nordeste é ainda a região mais pobre do Brasil, não apenas pela reminiscência dos problemas estruturais herdados do fim da monocultura açucareira, mas pela vontade de elites políticas interessadas em preservar as más condições sociais para manter caminhos abertos para a entrada de recursos. Embora hoje o quadro seja muito diferente, e possamos perceber significativos investimentos no controle e redução da pobreza, é fundamental sublinharmos que as investidas para a corrente mudança são lentas devido ao extenso período no qual projetos políticos tradicionalistas mantiveram a região refém de seus interesses. Os processos históricos iniciados ou agudizados no passado sombreiam o nosso presente.

Podemos, com isso, atestar que as dificuldades ainda enfrentadas no Nordeste, especialmente o saneamento da calamidade provocada pelas secas periódicas, têm origens antigas, um percurso longo e foram impulsionadas em um passado recente, marcado pelas relações entre Brasil e EUA via Aliança para o Progresso no contexto da Guerra Fria. Conhecer o nosso presente é examinar o que lhe antecedeu, os embriões da cultura política que hoje se apresenta a nós na forma de disputas por poder entre poderes regionais, estaduais e locais, que ativam modos de autonomia frente a discordâncias quanto ao poder central.

### Notas

<sup>I</sup> Professor colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor pelo programa de Pós-Graduação em História da UEM. Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo-UEM) e do Grupo de Pesquisa Política, Estado e América Latina (GPPEAL-UEM). E-mail: pedro@getempo.org.

<sup>II</sup> BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 219-231.

<sup>III</sup> MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: história e historiografia**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

<sup>IV</sup> LATHAM, Michael. **Modernization as ideology: American social science and Nation Building in the Kennedy Era**. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2000.

À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS  
DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

<sup>v</sup> BAHIENSE DA SILVA, Carlos Leonardo. As revoluções do Leste Europeu e a crise da ordem comunista. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004, p. 283-304.

<sup>vi</sup> SAHUQUILLO, María R. “Tensões entre Rússia e Estados Unidos reavivam corrida armamentista”. **El País Brasil**, 11 fev. 2019. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/10/internacional/1549822196\\_080179.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/10/internacional/1549822196_080179.html)>.

<sup>vii</sup> AFP. “Reabilitação de Stálin avança na Rússia”. **Estado de Minas**, 05 mar. 2018. Disponível em <[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/03/05/interna\\_internacional,941880/reabilitacao-de-stalin-avanca-na-russia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/03/05/interna_internacional,941880/reabilitacao-de-stalin-avanca-na-russia.shtml)>.

<sup>viii</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. **Saeculum** (João Pessoa), vol. 18, n. 1, p. 11-31, jan./jun. 2008.

<sup>ix</sup> Trata-se do documento assinado na cidade uruguaia em 1961, no qual o governo John F. Kennedy se comprometia em fazer a Aliança para o Progresso avançar, contando com o apoio dos Estados Americanos para um esforço conjunto em torno da ideia de modernização, investimento em infraestrutura e melhoria das condições sociais, aliado a um combate ao socialismo.

<sup>x</sup> WOLF, Leonard G. **New Ambassador to Brazil**, memorando de 25 de fevereiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 11, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 721. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>.

<sup>xi</sup> RIBEIRO, Ricardo Alaggio. As origens da Aliança Para o Progresso. In: SERAINE, Ana Beatriz dos Santos et al (Orgs.). **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Ed Unijuí/Teresina: Ed. Universitária da UFPI, 2008, p. 319-362.

<sup>xii</sup> LARA, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964**. Dissertação de Mestrado – Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2019.

<sup>xiii</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>xiv</sup> CASTRO, Iná Elias. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992, p. 20.

<sup>xv</sup> Idem, p. 119.

<sup>xvi</sup> Ibidem.

<sup>xvii</sup> TOMKIN, T. M. **Decrees creating means of increasing Federal power on the state and local level**, memorando de 20 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 429. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

<sup>xviii</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 44.

<sup>xix</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Albert (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

<sup>xx</sup> BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

<sup>xxi</sup> RIBEIRO, Ricardo Alaggio. Op. cit., p. 321.

<sup>xxii</sup> GORDON, Lincoln. **O Progresso pela Aliança**. São Paulo: Editora Record, 1962.

<sup>xxiii</sup> Entendemos por “americanismo” a consubstanciação entre expansão do fordismo, do *american way of life* e de um capitalismo liberal moldado pelos EUA, que se retroalimentam e fornecem, mutuamente, condições para a concretização de uma hegemonia internacional estadunidense.

<sup>xxiv</sup> GORDON, Lincoln. Op. cit., p. 05.

<sup>xxv</sup> Idem, p. 01.

<sup>xxvi</sup> LARA, José Victor de. Op. cit.

<sup>xxvii</sup> GORDON, Lincoln. Op. cit., p. 53.

<sup>xxviii</sup> Idem, p. 43.

<sup>xxix</sup> FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2008.

<sup>xxx</sup> GORDON, Lincoln. **Declaration of Northeast governors**, memorando de 08 de agosto de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679097/>>.

<sup>xxxi</sup> OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Terra seca, Guerra Fria: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS  
DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

---

<sup>XXXII</sup> CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco**: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

<sup>XXXIII</sup> CASTRO, Iná Elias. Op. cit.

<sup>XXXIV</sup> OLIVEIRA, Pedro Carvalho. Op. cit.

<sup>XXXV</sup> BURSZTYN, Marcel. Op. cit.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

BAHIENSE DA SILVA, Carlos Leonardo. As revoluções do Leste Europeu e a crise da ordem comunista. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O século sombrio**: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004, p. 283-304.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 219-231.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Albert (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco**: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

CASTRO, Iná Elias. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2008.

LARA, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo**: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964. Dissertação de Mestrado – Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2019.

LATHAM, Michael. **Modernization as ideology**: American social science and Nation Building in the Kennedy Era. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. **Saeculum** (João Pessoa), vol. 18, n. 1, p. 11-31, jan./jun. 2008.



À SOMBRA DA GUERRA FRIA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS REMINISCÊNCIAS  
DO DEPERECIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

OLIVEIRA, P. C.

---

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria**: história e historiografia. Curitiba: Editora Appris, 2020.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Terra seca, Guerra Fria**: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964). Curitiba: Editora CRV, 2020.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. As origens da Aliança Para o Progresso. In: SERAINE, Ana Beatriz dos Santos et al (Orgs.). **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Ed Unijuí/Teresina: Ed. Universitária da UFPI, 2008, p. 319-362.